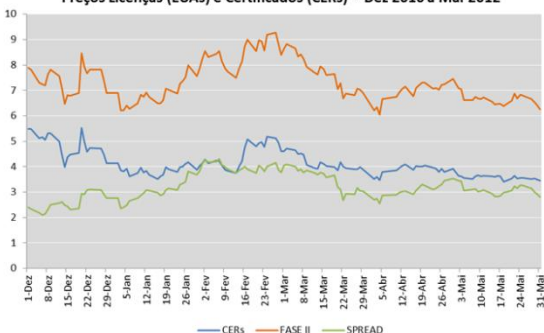


Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Dez 2010 a Mai 2012



valores em €	31-Mai	MoM	%
EUA Spot	6,26	-1,20	-16,09%
Fut 2012	6,36	-1,21	-15,98%
Fut 2013	6,78	-1,27	-15,78%
Fut 2014	7,29	-1,32	-15,33%
CERs Spot	3,46	-0,46	-11,73%

	31-Mai	%
UK Gas (GBP p/th)	54,15	-6,48%
Carvão (API2 USD/t)	88,50	2,91%
Brent (USD/barrel)	98,43	-17,74%
Crude (USD/barrel)	83,15	-21,30%
German Baseload	48,60	-2,90%

Mercados de CO₂

No decorrer do mês de Maio os preços das licenças de carbono registaram bastante volatilidade, sendo que a tendência foi de queda.

As eleições na Grécia e em França reacenderam os receios relativamente à instabilidade que se vive na zona Euro provocada pela crise da dívida. A tensão entre o Governo Francês e Alemão aumentou, fruto do resultado das eleições galesas, já que os socialistas pretendem renegociar o tratado Europeu com a introdução de políticas de estímulo ao crescimento por oposição à via actual de austeridade defendida pela chanceler alemã. Na Grécia, na impossibilidade de consenso para formar governo após as eleições, o BCE suspendeu as linhas de crédito a alguns bancos helénicos, ao mesmo tempo que o FMI assumiu uma posição mais radical de apenas se reunir com os novos representantes governamentais na sequência das novas eleições convocadas para 17 de Junho. (cont. pág. 2)

Alocações preliminares para o pós-2012 em Portugal

Foi recentemente publicada pela Agência Portuguesa do Ambiente a lista nacional de instalações abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) no período 2013-2020 e respectiva alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas. Os valores que constam da referida lista foram os submetidos por Portugal à Comissão Europeia. (pág. 2 a 4)

Governo australiano promove a compensação voluntária de carbono

A Austrália é responsável por apenas 1,5% das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE). No entanto, é o país desenvolvido com o maior índice de emissões *per capita* devido à sua dependência do carvão para produzir electricidade¹.

Com a eleição da primeira-ministra Julia Gillard em 2010, as políticas climáticas receberam um novo impulso. Tal como já tinha sido noticiado na EcoNews de Fevereiro (N.º 62), no final de 2011 o *Carbon Pollution Reduction Scheme* (Esquema de Redução de Poluição de Carbono) foi aprovado e promulgado, o que instituiu o sistema de *cap-and-trade* obrigatório para as 500 maiores empresas na Austrália. (cont. pág.4 e 5)

Mercados de CO₂ (cont.)

Em Bona realizou-se nova ronda negocial das Nações Unidas. Na mesa, voltaram a estar o futuro do Protocolo de Quioto, um novo processo para se chegar a um tratado que o substitua e o problema do financiamento aos países mais pobres.

Relembre-se que o objectivo é encontrar uma forma de limitar a dois graus Celsius o aumento da temperatura média global até ao fim do século. Mas com os compromissos voluntários assumidos até à data pelos países desenvolvidos, a estimativa da ONU aponta para um aumento de 2,5 a 5,0 graus Celsius.

Christiana Figueres, Secretária Executiva da UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) afirmou no final das negociações que “o trabalho nesta sessão foi produtivo e os países podem agora pressionar para garantir que têm os elementos necessários para adoptar a alteração de Doha ao protocolo de Quioto. Estou satisfeita por dizer que a reunião de Bona produziu mais clareza sobre os detalhes técnicos e legais do protocolo e sobre as opções que permitem uma transição suave entre os dois períodos de compromisso.”

O Banco Mundial reportou um valor recorde no volume de negócios no mercado de carbono em 2011, tendo atingido 176 mil milhões de dólares, um aumento de 11% impulsionado por volumes do mercado secundário que compensaram a queda dos preços, fruto da economia em desaceleração em algumas regiões. O estudo desta entidade conclui que as empresas e governos estão a voltar-se para o comércio de emissões como uma ferramenta para combater as alterações climáticas, sendo a União Europeia, de longe, a mais activa neste âmbito. No entanto, a mesma fonte refere ainda que se os preços se mantiverem abaixo dos 10 dólares por tonelada haverá poucos incentivos para que as empresas e governos invistam em projectos de baixo carbono. Também este mês os analistas do Barclays reviram em baixa o preço das licenças de carbono em 28%, para o segundo semestre de 2012, referindo para justificar esta descida um excesso de oferta crescente e as perspectivas de deterioração da economia da UE. Os analistas prevêem uma média por tonelada de €6,5 depois de terem feito uma estimativa de €9.0 para a segunda metade de 2012.

Processo de criação do Registo Único Europeu de Licenças de Emissão

Relembremos que no âmbito do processo de criação do Registo Único Europeu de Licenças de Emissão a Comissão Europeia disponibilizou o calendário de actuação no processo de migração dos respectivos Registos Nacionais actualmente em funcionamento.

Desde o dia 14 de Maio os detentores de contas junto dos respectivos registos nacionais não podem proceder à abertura, encerramento ou alterações da conta ou seus representantes.

A partir do dia 3 de Junho será suspenso o acesso aos respectivos registos nacionais por parte dos detentores das contas, incluindo também a suspensão de acesso às licenças de emissão aí depositadas.

A partir de 20 de Junho entrará em funcionamento o Registo Único Europeu de Licenças de Emissão sendo que o acesso por parte dos utilizadores deverá estar operacional logo que sejam recepcionadas as novas credenciais de autenticação.

De acordo com a informação disponibilizada no site da CE, os utilizadores deverão ter de fornecer informação adicional, em particular no que refere a aspectos de salvaguarda de segurança, por forma a garantir o acesso fidedigno às contas transferidas para o Registo Único. Não será possível garantir esse acesso sem a disponibilização exaustiva dos elementos solicitados, sendo que qualquer transferência de licenças associadas estará também impossibilitada. Nota: o calendário agora anunciado pode estar sujeito a alterações no decorrer do processo de migração.

http://ec.europa.eu/clima/news/articles/news_20120503_01_en.htm

Maria João Ramos

Comunicação

mramos@ecoprogresso.pt

Alocações preliminares para o pós-2012 em Portugal (cont.)

A referida lista – denominada por “Lista NIMs” - foi realizada com base no resultado do processo de recolha e verificação de dados para o cálculo da alocação preliminar a atribuir a cada instalação abrangida, processo este que teve início em Junho de 2011 e se prolongou até ao primeiro trimestre de 2012. Os montantes da atribuição preliminar por instalação tiveram como base a Decisão da Comissão Europeia (CE) e respectivos guias de orientação sobre as regras harmonizadas de atribuição gratuita de licenças de emissão (EUAs) no pós-2012.

Alocações preliminares para o pós-2012 em Portugal (cont.)

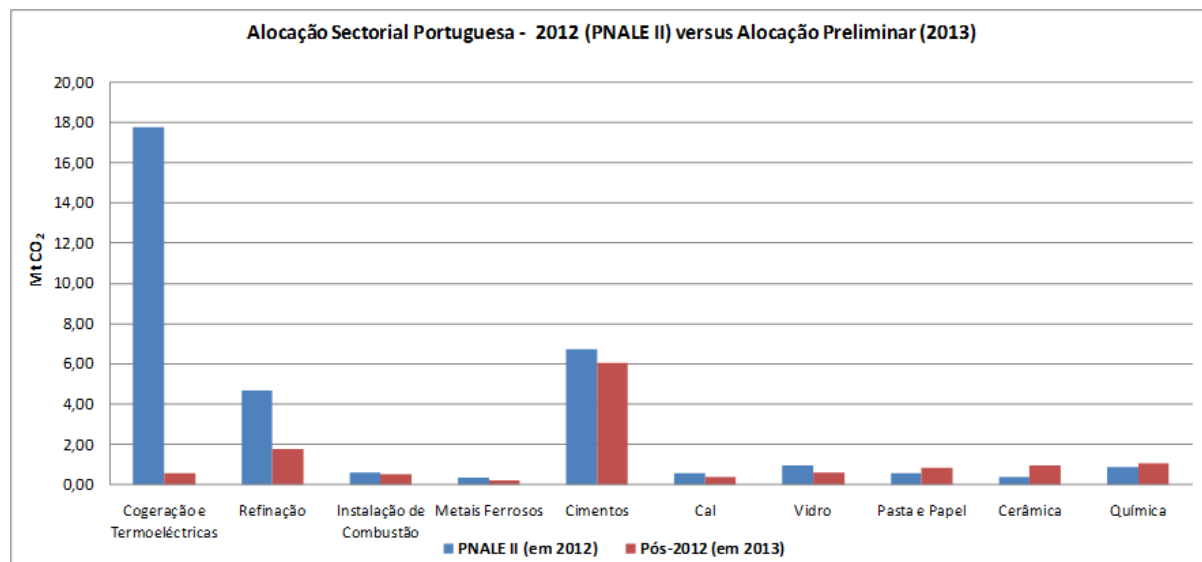
Tal como adiantado em edições anteriores da EcoNews, confirmou-se uma redução significativa do montante de licenças de emissão a atribuir gratuitamente para o período 2013-2020. Os resultados apontam para uma **alocação preliminar total de 13,03 Mt CO₂ para Portugal**. Esta alocação preliminar representa uma redução face ao montante total atribuído no PNALE II para o ano de 2012 de aproximadamente 61%, representando uma atribuição gratuita de menos 20,49 Mt CO₂. É importante ter em consideração que a análise realizada tem em conta os dados disponíveis dos acessos à reserva realizados durante o período 2008-2012. A referida redução é devida essencialmente aos seguintes factores:

- Atribuição gratuita de licenças de emissão (EUAs) no pós-2012 determinada com base na consideração de *benchmarks* (que consideram os 10% das instalações mais eficientes de cada sector) e considerando a produção efectiva (e não capacidades de produção instaladas).
- Não serão atribuídas licenças de emissão gratuitas para instalações de produção de electricidade (excepto no caso da electricidade produzida a partir de gases residuais).
- Verifica-se que a alocação preliminar total, excluindo a alocação relativa aos produtores de electricidade, traduz-se na redução em cerca de 38% face ao montante total atribuído no PNALE II.

No gráfico abaixo está representada a comparação entre a alocação por sector entre 2012 e 2013 em Portugal.

Olhando mais atentamente para cada sector, destacam-se os seguintes resultados:

- No total, **217 instalações** estão consideradas no CELE para o período 2013-2020.
- Para os produtores de electricidade (**cogeração e termoelectricas**), verifica-se uma redução significativa da alocação em cerca de 97% face ao PNALE II. Esta redução surge sem surpresas uma vez que, como acima referido e de conhecimento geral dos operadores abrangidos pelo CELE, não serão atribuídas licenças de emissão gratuitas para instalações de produção de electricidade. Por este pressuposto, as termoelectricas destacam-se com a esperada redução em absoluto da respectiva alocação preliminar gratuita. No entanto, importa não esquecer que a componente de produção de vapor neste tipo de instalações teve direito a licenças gratuitas.
- A seguir aos produtores de electricidade, o **sector de refinação**, onde se inclui a Refinaria de Sines e a de Matosinhos, foi o que sofreu uma maior redução na alocação, nomeadamente, de cerca de 62%.
- Seguem-se o **sector dos metais ferrosos**, constituído por duas instalações e o **sector do vidro**, ambos apresentando uma redução de cerca de 36% na alocação.
- Nas **instalações de combustão** (indústria com potência térmica nominal superior a 20 MW) verificou-se uma redução de cerca de 16%.
- No **sector da cal**, os resultados preliminares apontam para uma alocação de 0,40 Mt CO₂, correspondendo a uma redução em cerca de 27% face ao ano de 2012.



Alocações preliminares para o pós-2012 em Portugal (cont.)

- Já para o **sector do cimento**, verifica-se uma alocação de 6,07 Mt CO₂, correspondendo a uma redução em cerca de 10% face a 2010.
- Para o sector da **pasta e papel**, verifica-se uma alocação preliminar de 0,85 Mt CO₂, o que representa um aumento de alocação face ao montante total atribuído no PNALE II de aproximadamente 31%. Este aumento deve-se essencialmente a acessos à reserva realizados, alguns deles ainda em análise.
- A inclusão de novos gases e novos sectores de actividades no pós-2012 conduziu à entrada de novas instalações no CELE, como é o caso das indústrias do **sector químico**, nas quais as emissões de processo (N₂O) passam a ser abrangidas. O sector químico apresenta uma alocação preliminar de 1,05 Mt CO₂, o que corresponde, pelo motivo acima referido, a um aumento de cerca de 19% face a 2012.
- Nas **cerâmicas**, verifica-se para 2013 um aumento em cerca de 58% face a 2012, representando mais 0,58 Mt CO₂ de alocação gratuita ao sector. Este aumento deve-se essencialmente a dois factores: por um lado, embora muitas cerâmicas abrangidas no PNALE I tenham ficado de fora no PNALE II, a alteração do limiar de abrangência (relativos à produção de produtos cerâmicos) conduz à reintrodução de algumas e, portanto, a um aumento do número das cerâmicas abrangidas no próximo período (um total de 77 instalações abrangidas); por outro lado, a consideração das emissões de processo associadas à indústria da cerâmica ("negligenciadas" por opção de Portugal no âmbito do PNALE II são consideradas para o pós-2012). Também o sector da cerâmica é considerado exposto ao risco de fugas de carbono, pelo que se prevê a atribuição anual de 100% da alocação gratuita até 2020.
- Note-se que não serão abrangidas no próximo período as **instalações que usem exclusivamente biomassa** (utilização de combustíveis fósseis apenas para arranque e paragem).

É também interessante constatar que em 2011 o total de emissões em Portugal foi de 24,99 Mt CO₂. Assim, a alocação preliminar total em 2013 (13,03 Mt CO₂) representa menos 48% face às emissões verificadas em 2011, diferença esta que está maioritariamente associada à não atribuição de licenças gratuitas às termoeléctricas.

Atenção que a análise apresentada é apenas relativa a 2013. No entanto, no período 2013-2020, para as instalações não expostas a risco de fugas de carbono (*carbon leakage*), a redução na alocação será ainda superior ao analisado uma vez que a essas instalações será gradualmente reduzida a percentagem da atribuição de licenças gratuitas.

Neste contexto, será determinante para os vários operadores abrangidos pelo CELE no período 2013-2020 a definição de uma estratégia de gestão dos activos de carbono que permita a avaliação contínua do seu posicionamento ao longo do período.

Fonte:

<http://www.apambiente.pt/zdata/DPAAC/CELE/Lista%20NIMs.pdf>

http://ec.europa.eu/clima/policies/ets/index_en.htm

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

bpinto@ecoprogresso.pt

Governo australiano promove a compensação voluntária de carbono (cont.)

Para além deste esquema legal obrigatório, outra das novidades deste governo foi a revisão do *standard* nacional de compensação voluntária de carbono (National Carbon Offset Standard - NCOS) que já existia desde 2010, o qual, por sua vez, veio substituir o programa Greenhouse Friendly, em vigor desde 2001. Este *standard* é uma peça chave do Programa de Neutralidade de Carbono do governo Australiano que está a ser administrado pela empresa estatal - Low Carbon Australia. Dentro deste programa é possível submeter uma organização, evento ou um produto a um processo de certificação tornando-a elegível para a obtenção de um rótulo nacional especialmente desenvolvido, supervisionado pelo governo australiano. O NCOS foi submetido a discussão pública, tendo sido amplamente participado por ONG's, universidades, associações, municípios e empresas.

Este *standard* tem como principal objectivo fornecer consistência e confiança à gestão voluntária de carbono, fornecendo orientações governamentais sobre o conceito de compensação formal e ainda estabelecendo os requisitos mínimos para o cálculo, auditoria e compensação da pegada de carbono de uma organização, produto ou evento tendo em vista a neutralidade em carbono².

Governo australiano promove a compensação voluntária de carbono (cont.)

Em 2011 este *standard* foi alvo de uma revisão e passou a aceitar os créditos de carbono gerados pelo sector agrícola local, ou seja, a compensação de emissões através de créditos gerados pela captura e destruição de emissões de metano em aterros ou a plantação adicional de florestas, podendo ser utilizado por indivíduos ou por empresas.

Ao nível das normas de referência o *standard* aconselha aquelas mais aceites internacionalmente, como por exemplo o Protocolo de Gases com Efeito de Estufa (PGEE) bem como o seu suplemento para a cadeia de valor e a norma internacional ISO 14040, mais específica para a perspectiva do ciclo de vida de um produto ou serviço. Quanto à utilização de créditos de carbono elegíveis para a compensação de emissões o *standard* define princípios de integridade próprios, sendo que têm de ser adicionais, permanentes, quantificáveis, transparentes, não provoquem fugas de emissões, auditados independentemente e registados. Enquadrados nestes requisitos apenas são aceites os créditos:

- Unidades de crédito de carbono Australianas, emitidas no âmbito do Carbon Farming Initiative;
- Unidades de carbono emitidas ao abrigo do Australia's Carbon Price Mechanism (sistema cap-and-trade), a partir de 1 de Julho de 2015;
- Créditos gerados ao abrigo do protocolo de Quioto;
- Créditos voluntários gerados segundo o Gold Standard e segundo o Verified Carbon Standard².

De forma a poder reclamar a neutralidade em carbono de uma organização, produto ou evento e assim utilizar o logotipo nacional associado ao *standard*, tem de ser realizada a contabilização das emissões de toda a cadeia de valor incluindo as emissões indirectas associadas aos fornecedores ou colaboradores (também conhecidas como de âmbito 3), e ainda proceder a uma auditoria independente segundo normas internacionais que valide a exactidão e integralidade dos cálculos da pegada de carbono, de acordo com a ISO 14064-3:2006, e ainda a compra e cancelamento da quantidade equivalente de créditos de carbono. Para estar conforme os requisitos do *standard*, é descrito de forma detalhada a forma como deve ser disponibilizada a informação para garantir a transparência e a recolha de evidências de todo o processo de contabilização, monitorização, verificação e cancelamento das emissões².



An Australian Government Initiative



@<http://www.lowcarbonaustralia.com.au/page/ncos-carbon-neutral-certified-trade-mark>

O governo Australiano considera que empresas e indivíduos têm um papel fundamental na questão das alterações climáticas e pretende através deste programa de neutralidade de carbono reconhecer e tornar mais visível a contribuição para a redução das emissões de GEE de forma voluntária, com medidas que vão para além das definidas e seguidas a nível nacional.

Sejam bem-vindas mais iniciativas como esta!

Referências:

- 1 - <http://www.guardian.co.uk/world/2011/nov/08/australia-senate-passes-carbon-tax>
- 2 - National Carbon Offset Standard (1 March 2012), Department of Climate Change and Energy efficiency disponível em <http://www.climatechange.gov.au/ncos>

Ivo Augusto
Consultor
iaugusto@ecoprogresso.pt

Na Carbon Expo 2012

De 30 de Maio a 1 de Junho decorreu mais uma Carbon Expo em Colónia e à semelhança dos últimos anos a Ecoprogresso esteve presente. A Carbon Expo realiza-se alternadamente em Colónia e Barcelona e é o encontro mais importante para quem actua no mercado de carbono, reunindo todos os anos participantes de todo o mundo, desde entidades nacionais governamentais, Comissão Europeia, Nações Unidas, Bancos de Desenvolvimento, a fundos, *brokers*, consultores, verificadores e fornecedores de tecnologia. O modelo de funcionamento consiste em durante três dias promover conferências e *side events* com diversos especialistas de todo o mundo, ao mesmo tempo que nos diferentes *stands* e áreas de reunião se trocam ideias sobre o mercado, identificam-se oportunidades de negócio e se definem parcerias.

Para a Carbon Expo 2012 as expectativas não eram muito altas, quer pela crise económica enfrentada na Europa quer pela relacionada crise enfrentada no mercado de carbono: preços baixos verificados nos últimos meses e incertezas associadas ao futuro do Protocolo de Quioto. E na verdade os esperados efeitos fizeram-se sentir e ao final do primeiro dia ninguém tinha dúvidas, havia menos *stands*, menos conferências e menos participantes. Apesar de tudo os dados revelados pela organização da Carbon Expo indicaram 199 expositores de 67 países e mais de 2500 participantes de 95 países.

A maioria dos visitantes tinha como principais objectivos trocar ideias sobre o estado actual e o futuro do mercado de carbono e/ou fechar ou consolidar negócios antes do final de 2012, não havendo a habitual concentração junto dos vários *stands*.

Os temas mais abordados em conversa e em discussão nas conferências e *side events* foram sem dúvida a necessidade ou não de a CE intervir para provocar a subida do preço das EUAs, a viabilidade do CDM (*Clean Development Mechanism*) ser um mecanismo apenas para os países menos desenvolvidos e os novos mecanismos de mercado. Sobre este último estiveram em destaque a Austrália, a arrancar com o seu Comércio de Emissões em Julho de 2012, a China com os seus sete projectos-piloto e o Brasil e o Chile em fase de avaliação/decisão de avançar com um Comércio de Emissões.

Em 2013 a Carbon Expo será realizada em Barcelona. Até lá vamos continuar a acompanhar a evolução dos mercados de carbono.

Catarina Vazão
Directora-Geral
cvazao@ecoprogresso.pt



Foi Carbonfree:

- 6ª edição dos prémios Franchising (11 de Maio de 2012, no Centro de Congressos de Lisboa)
- Stand da SOAPRO, ProceSl e Ecoprogresso na 2ª Feira Internacional de Ambiente, Equipamentos, Serviços e Tecnologias Ambientais de Angola (30 de Maio a 2 de Junho na FIL Luanda)



NOTA: Os textos desta newsletter não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212